

Eles pediam diretas. Agora não mais

Era uma tarde de sábado, em outubro de 1983, quando oito dos dez governadores do PMDB, eleitos um ano antes, foram surpreendidos com a visita do general Costa Cavalcante, então presidente da Itaipu Binacional e um dos candidatos do regime militar à sucessão de João Figueiredo.

Rápido, mudaram de assunto. Eles estavam no escritório do gerente do Hotel Bourbon, em Foz do Iguaçu, a pretexto de discutirem uma reforma tributária de emergência. Na verdade, conspiravam. O plano: iniciar uma campanha por eleições diretas para a Presidência da República co-

mo forma de abreviar a redemocratização do País. O governo começava a agonizar, sem saber o que fazer com a dívida externa e a inflação. A campanha começou em 12 de janeiro de 1984 com um comício em Curitiba. Terminou em 25 de abril com a Emenda Dante de Oliveira derrotada por 23

votos. A maior parte dos políticos que se bateram nas praças públicas e no Congresso pelas diretas, a começar por Dante de Oliveira, está hoje no governo e não quer ouvir falar em diretas-já. Muitos dos que se opuseram à campanha mudaram de opinião.

Afinal, já estão no governo

"Os camaradas que estão defendendo a realização de eleição direta logo são os mesmos fascistas que lutaram para derrubar a minha emenda de diretas-já" — protesta Dante de Oliveira, hoje ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. "A duração do mandato presidencial é assunto da Assembleia Constituinte" — completa. Ex-militante do grupo revolucionário MR-8, Dante espantou a muitos quando afirmou, há algumas semanas, que reduzir o mandato de seis anos do presidente Sarney "é golpe".

O ministro, na verdade, apenas repete os argumentos daqueles que têm interesse em que o atual governo e o presidente permaneçam até 1990. São os partidários de Sarney ou dos governadores presidenciais, como o paulista Orestes Quércia ou o pernambucano Miguel Arraes, ou mesmo os presidenciais "cliquêntes" como o senador paranaense José Richa e seu amigo Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte.

Muitos dos que lutaram contra as diretas para a sucessão do general João Figueiredo, como o então candidato Paulo Maluf, ou o ex-ministro Delfim Netto, hoje deputado, estão pregando eleições presidenciais no próximo ano. Falam da falta de legitimidade do mandato de Sarney e nas diretas logo como a única saída para a crise. O mesmo argumento usado pelo eterno presidencial Leonel Brizola, que gostaria de diretas o mais rápido possível.

Há também os presidenciais "setentões", como o ex-governador de São Paulo Franco Montoro e o multipresidente Ulysses Guimarães, cujos amigos sabem que poderão perder a vez de concorrer à Presidência caso tenham de esperar por mais quatro anos (mandato de seis anos para Sarney), ou mesmo três. Em uma reunião no Palácio da Alvorada, antes do Carnaval, Ulysses e Sarney teriam acertado cinco anos, por via das dúvidas. O problema é que nenhum deles possui hoje o controle de outora sobre o Congresso Nacional e sobre o PMDB.

Espremidos entre a idade avançada e suas multipresidências, Ulysses Guimarães atualmente age — segundo análise de um dos caciques do PMDB — como se tentasse obter o apoio do presidente Sarney para a sucessão.

E em meio a tantos interesses e presidenciais, está a maior parte dos parlamentares constituintes e líderes da sociedade civil, sem um único denominador comum que os coloque em algum bloco. O termo diretas-já foi substituído por diretas-logo. Mas quando? Neste ano, em março de 1988, novembro de 1988, em 1989 ou 1990? Unânime, só a afirmação repetida pelo senador Afonso Camargo: "O mandato de José Sarney está dependendo dos resultados positivos do seu governo. Se tiver um

desempenho bom, a opinião pública influenciará os constituintes para que definam um mandato mais longo".

OPINIÕES

Curitiba tem um mistério que nem os magos da opinião pública conseguem explicar com exatidão. É lá que todos os novos produtos são testados pelas indústrias antes de serem lançados no mercado. E lá começam todas as pesquisas de opinião pública nacional. Os especialistas não sabem por quê, mas garantem que Curitiba é a única cidade do País a refletir com exatidão a opinião do brasileiro médio. É também de Curitiba que vêm os ecos da confusão de opiniões que se tornou a questão da sucessão do presidente Sarney.

Se dependesse da vontade de Álvaro Dias, governador do Paraná, o eleito brasileiro escolheria um novo presidente, por voto direto, em 15 de novembro de 1988, nem antes nem depois. "Eu defendo a duração de quatro anos para o mandato presidencial, com direito a reeleição" — explica ele. "O calendário já está estabelecido: este ano, Constituinte; o ano que vem será o ano das diretas" — garante.

José Richa, ex-governador, hoje senador e um dos principais líderes da corrente que se opõe a Ulysses Guimarães dentro do PMDB, é intransigente nos seis anos. Primeiro, argumenta, porque é o que prevê a atual Constituição; depois, porque acha melhor a coincidência de mandato dos governadores e dos parlamentares com o do presidente.

Afonso Camargo, ex-senador biônico, ex-secretário-geral do PMDB e coordenador da campanha pelas diretas-já, ex-ministro dos Transportes de Sarney, hoje senador eleito, é o maior crítico do governo no PMDB e partidário das diretas-logo. "Antes eu defendia os quatro anos como posição pessoal. Hoje é posição partidária, porque é posição quase consensual do PMDB de meu Estado" — justifica ele. O senador paranaense só não propõe diretas-já, neste ano mesmo, porque atrapalharia os trabalhos da Constituinte.

Deni Schwartz, ministro do Desenvolvimento Urbano, demonstra irritação quando abordado sobre o tema de diretas-logo. Para ele, se for para promover diretas para presidente, "então devemos realizar eleições já também para os deputados de federais, prefeitos, etc.". É completa: "A discussão sobre a data da eleição virá à tona no momento certo, que não é agora, pois estamos brigando com o mundo por causa da dívida externa".

A CAMPANHA

São todos argumentos bem diferentes do utilizados pelos mesmos quatro políticos quando há três anos e meio enfrentaram o regime militar pelas diretas. Encerrada a conspiração dos go-



Em 84 Dante deu nome à emenda das diretas; agora acha que quem as deseja é "fascista"



Em 84 Montoro e Ulysses tinham pressa para votar. Hoje aceitam esperar mais 2 anos

vernadores em Foz do Iguaçu, naquele outubro de 1983, a idéia das diretas estava no ar. Em São Paulo, alguns intelectuais se reuniam no restaurante Espaço Pirandello em fins de novembro, para lançar a cor amarela das diretas — idéia do editor Caio Graco Prado, inspi-rada na campanha contra o regime de Ferdinand Marcos nas Filipinas.

"Continuo querendo diretas-já" — afirma Prado. "Quero diretas ontem, ainda guardo minha camisa amarela. Sarney não tem nenhuma legitimidade e com a atual crise econômica chegou a hora de elegermos um presidente com respaldo popular. Diretas este ano não prejudicariam a Constituinte".

A idéia das diretas prosperava entre intelectuais e políticos, mas nenhum governador tinha coragem de assumi-la em comício. O então senador paranaense Álvaro Dias, presidente regional do PMDB, telefonou em meados de dezembro para o então governador

Richa informando que o partido começaria os comícios por seu Estado. "Mas estavam todos com receio. Fizemos o comício e foi aquele sucesso" — conta hoje Richa.

Dias protagonizou outro episódio na campanha: apresentou uma emenda estabelecendo diretas para presidente ainda em março de 1983, nos primeiros dias da nova legislatura. Foi colher assinaturas de apoio, e o novato Dante de Oliveira, deputado de Mato Grosso, apresentou sua emenda um dia antes. Primeira na fila, a emenda de Dante foi o cavalo de batalha.

No comício de Curitiba, um novo personagem surgiria no cenário nacional — Osmar Santos, locutor esportivo. "Não tenho participado desse movimento pelas diretas-logo" — revelou Osmar. "Mas me proponho a estudar o assunto. São poucas pessoas, mas no começo das diretas-já também éramos

uma minoria. Fui ao comício de Curitiba para apresentar os oradores porque queria ver de perto como era um comício. Acredito que, em um momento de crise, respaldo popular é fundamental. E isso o Sarney não tem. Com o País em brigas internas, o caminho é eleição o mais rápido possível".

Depois de Curitiba, São Paulo, com 300 mil pessoas na praça da Sé. O movimento deslançou. Em Goiânia, Íris Rezende conseguiu levar 80 mil à praça Cívica, 10% da população. O movimento crescia. O comício do Rio, para muitos, virou o jogo. Notícias internacionais: um milhão de pessoas nas ruas. Sobral Pinto, aos 90 anos, fez senasço ao lembrar que a Constituição rege e que todo o poder emana do povo.

"Uma eleição agora para presidente é um absurdo, é mergulhar o País na anarquia e na desordem" — protesta hoje o jurista. "Essas campanhas não passam de demagogia de quem quer

eleger em nosso país um governo de esquerda. Acho que o Estado devia fazer uma campanha contra essas idéias, mostrando ao povo que esse é um governo de transição que tem de cumprir todas as suas etapas para a restauração plena da democracia".

DIFERENÇAS

Afonso Arinos de Mello Franco, senador (PFL-RJ) e presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, prefere insistir na idéia de que só a própria Constituinte pode discutir o mandato de Sarney. "A nova Constituição irá também decidir que tipo de regime deve ser adotado no Brasil antes de decidir a duração do mandato" — afirma ele. Arinos não emite opinião sobre essa duração.

No dia 25 de abril de 1984 o Congresso votou a emenda Dante de Oliveira. A ordem do então presidente do PDS, José Sarney, a seus correligionários era a ausência na votação. Muitos não obedeceram, entre eles seu filho, deputado Sarney Filho. Foi valado pelos mafistas.

"Naquele tempo, a emenda Dante de Oliveira ia ao encontro das aspirações populares, era a transição segura e rápida do autoritarismo" — justifica hoje Sarney Filho. "Hoje, vivemos em regime de total liberdade. As eleições diretas foram inscritas na Constituição; a Constituinte foi convocada e está funcionando. A Nação não pode pensar em convocar eleições a cada situação de crise. Não existe semelhança alguma entre 1984 e os dias de hoje" — argumenta o deputado liberal.

"A presença de um presidente eleito pelo Colégio Eleitoral após a promulgação da nova Constituição seria incompatível com o momento democrático vivido pelo País e provocaria um grande vazão nacional" — opina o paulista Márcio Tomaz Bastos, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

"Em 1990 estaremos todos na rua, elegendo o presidente da República, depois de longo e tenebroso inverno" — assegura o confiante senador Gerson Camata, amigo de Sarney na Arena, um dos oito governadores do PMDB que "conspiraram" em Foz do Iguaçu.

É um jogo de xadrez aparentemente muito distante do desfecho. De comum com a campanha das diretas já, há um governo que não controla a inflação e começa a sentir o amargor da impopularidade. As semelhanças terminam aí, na opinião do governador de Pernambuco, Miguel Arraes: "A campanha passada era também contra a ditadura e foi comandada por forças populares, enquanto agora a situação é outra" — afirma. Para Arraes, como também para o líder comunista Roberto Freire, deputado do PCB pernambucano, não é oportuno fazer um movimento pelas diretas no momento em que a Constituinte mal começou a discutir o sistema de governo — presidencialismo ou parlamentarismo.

Líderes fazem acordo para salvar Aliança

O deputado Ulysses Guimarães e os ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e Marco Maciel, demissionário da Casa Civil, firmaram acordo ontem de manhã, em Brasília, estabelecendo que o PMDB e o PFL farão brevemente uma reunião conjunta de suas executivas nacionais, com o objetivo de rever e atualizar o documento que gerou a Aliança Democrática, bem como visando à manutenção do pacto e o revigoramento da coalizão em relação à convivência política na Assembleia Constituinte e o apoio ao governo.

Ficou estabelecido ainda no acordo que, para manter a Aliança, é necessário preservar o equilíbrio na formação do Ministério do presidente Sarney. Ao PMDB caberia os ministérios econômicos e as decisões nessa área e ao PFL o papel de aliado.

CASA PRÉ-FABRICADAS CHALÉS
Finas Residências C23 2.500 p/m² - Madeira Nobre - Garantia de 20 anos - Frente entrega qualquer parte do Brasil. Av. Ipiranga, 120 - Fone 259.6554 Are. CAJAI.

CURTA SEU COMPUTADOR
O Curso de Introdução à Informática, para a turma dos 9 aos 15 anos, ensina a desenhar, projetar, calcular, pensar com criatividade, e a usar todo o potencial dos equipamentos MSX (Expert* ou Hotbit*) e Apple, através da linguagem LOGO.
1000 já fizeram o curso, em dois anos.
Aulas duas vezes por semana, de manhã ou à tarde, com dois alunos por equipamento, mais um centro de convivência para treinar.
*Marcas registradas Gradient e Sharp
Avenida República do Líbano, 592 Ibirapuera
INFORMATOR Tel. 280-2823

Parlamentarismo à brasileira

CARLOS CHAGAS

Ressurge agora, na Assembleia Nacional Constituinte, a tese da adoção do sistema parlamentar de governo como forma de resolução de todos os problemas nacionais. Não se levanta nem se discute o parlamentarismo sob alegações teóricas e institucionais de poder ser melhor sistema de governo, mas, casuisticamente, fala-se dele como meio de superação da crise mais recente. Sarney não está dando certo? O País vive dias amargos? Mude-se o sistema de governo. Adote-se o parlamentarismo em lugar do presidencialismo, à maneira do doente que troca de médico toda vez que tem febre.

Já foi o contrário. Em 1963 um plebiscito interrompeu a fuga e canhestra experiência parlamentarista, e a alegação era que até a seca do Nordeste e a mortalidade infantil se deviam a aquele sistema casuisticamente imposto pelo Congresso como forma de contemporizar as coisas e evitar a guerra civil.

Na verdade, não serão o presidencialismo e o parlamentarismo os responsáveis pelas dificuldades econômicas, sociais, políticas e administrativas, embora esse chavão tenha funcionado rotineira e maliciosamente, ora para um lado, ora para o outro. Quando Sarney ia bem, em plena euforia do Plano Cruzado I, era sacrilégio falar de parlamentarismo.

Como estamos no Brasil, tanto agora quanto no passado sempre se estabeleceram as acomodações, os jeitinhos. O parlamentarismo clássico pressupõe algumas figuras básicas: o presidente da República é apenas o chefe do Estado, mas não do governo. Deve ser eleito indiretamente pela Câmara dos Deputados. Há unicameralismo, ou seja, não há Senado, só Câmara dos Deputados. O governo é exercido por um conselho de ministros, chefiado pelo primeiro-ministro, respondendo perante a Câmara dos Deputados, pois formado pela sua maioria. Os ministros devem ser necessariamente parlamentares. O conselho de ministros pode merecer voto de desconfiança dos deputados, quando então cai e deve dar lugar a outro, cabendo-lhe a prerrogativa de exiligr, em certos casos, a dissolução da Câmara e a convocação de novas eleições, para o eleitorado se pronunciar sobre o conflito.

Entre nós, nem no Império o parlamentarismo clássico funcionou, apesar das versões. E se funcionou em parte não foi por conta de suas

estruturas, mas pela existência do Poder Moderador, uma espécie de institucionalização do absolutismo exercido pelo imperador, que também era o chefe do Poder Executivo. Não o primeiro-ministro, note-se, mas o imperador, de 1824 a 1889. Como Poder Moderador, cabia-lhe dirimir os conflitos entre os outros poderes, inclusive o Executivo, que era ele mesmo...

Fala-se também num sistema misto de governo, nem parlamentarista clássico, nem presidencialista puro, até proposto no anteprojeto dos notáveis de mestre Afonso Arinos. Com graça, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, chama esse sistema de "Roberta Close". Algo como se fosse possível dizer de determinada senhora que está "mais ou menos" grávida.

Lembra-se, na defesa do sistema misto, os regimes da França e de Portugal, na verdade presidencialistas, mas onde o presidente da República, eleito diretamente, é auxiliado por um gabinete e um primeiro-ministro indicados pelas forças majoritárias da Câmara dos Deputados, podendo ambos pertencer a partidos e a esquadras contrárias e obrigados a conviver. É o que ocorre na França, com o presidente da República, François Mitterrand, socialista, e o primeiro-ministro, Jacques Chirac, conservador; ou em Portugal, com Mário Soares e Cavaco e Silva. Aqui seriam grandes as chances de o sistema funcionar enquanto presidente e primeiro-ministro fossem do mesmo partido ou da mesma coligação, mas alguém imaginou o que aconteceria caso Ulysses Guimarães, eleito para a Presidência da República, precisasse conviver e governar junto com Delfim Netto, primeiro-ministro indicado por um PDS majoritário na Câmara?

A ser adotado o parlamentarismo, precisaria ser por inteiro, mas será possível afastar a tão ansiada e ainda não realizada volta às eleições presidenciais diretas? Admitir-se-á extinguir o Senado? A própria possibilidade de dissolução da Câmara dos Deputados horroriza os próprios, que não teriam garantia do prazo mínimo de quatro anos para recuperar os vultuosos investimentos feitos na campanha eleitoral. Não será pelo parlamentarismo clássico que vamos, contrário à tradição republicana. E, se o chamado sistema misto vier, será uma fantasia.

A maioria dos defensores da adoção do parlamentarismo clássico cita o Império como exemplo. Mas o sis-

tema teria funcionando há mil maravilhas, com d. Pedro I e d. Pedro II, de José Bonifácio a Ouro Preto?

Nem tanto, nem se fala da sucessão de golpes, revoluções e quarteladas ocorridas, constitucionalmente parlamentarista, o Império nunca foi. Nada existe na Constituição de 1824 e nas emendas posteriores que defina o Brasil como tendo adotado o sistema parlamentar de governo. Não se lê, em nenhum artigo da primeira Constituição do Brasil, referência ao governo de gabinete. Reconhece um dos grandes parlamentaristas da atualidade, o ministro Paulo Brossard, "que o sistema parlamentar de governo não nasceu, não foi criação de uma lei, não foi codificado pelo legislador do Império". Ao contrário, ele diz, "resultou da prática e das necessidades políticas do País. Não foi adotado num determinado dia, não tem certidão de batismo, não apareceu corporificado, pronto e acabado numa certa manhã".

O governo, pela Constituição de 1824, era monárquico hereditário, constitucional e representativo. Não passou disso, nas definições. Em 1828, Bernardo Pereira de Vasconcelos, liberal e oposicionista, obteve da Câmara dos Deputados moção de censura contra o governo. A Constituição não previa essa figura, ainda que o artigo 101 admitisse que o Poder Moderador, isto é, o imperador, como tal e não como chefe do Poder Executivo, nos casos de exigência da salvação do Estado, pudesse dissolver a Câmara dos Deputados, convocando depois novas eleições. Aquela moção de desconfiança não derrubou o Ministério, que continuou a funcionar tranquilamente.

Durante o reinado de D. Pedro I, até sua abdicação, e depois, enquanto durou a regência, o sistema era muito mais presidencialista do que parlamentarista. Não foi senão como presidente de fato que Feijó governou. Só com a maioridade, em 1840, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ao assumir as funções de ministro do Império, declarou ser a administração solidária com a Câmara dos deputados. Quando Honório Hermeto Carneiro Leão o substituiu, três anos depois, o jovem imperador lhe pediu que escolhesse esse os outros ministros. Mas não havia, na Lei, obrigatoriedade para isso, nem sequer a figura do primeiro-ministro estava institucionalizada, o que só aconteceria em 1847. "Fica criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros". Ele

não era constitucionalmente, porém — nem nunca foi, até a proclamação da República — chefe do Poder Executivo. Essa função continuou reservada ao imperador. O gabinete, na prática, só começou a responder perante a Câmara dos Deputados em 1855, estabelecendo-se o costume, não a norma Constitucional, de que nos casos de conflito haveria a dissolução da Câmara e o apelo às urnas.

Zacarias demitiu-se do cargo de presidente do Conselho de Ministros quando o imperador escolheu um nome para o Senado e ele discordou, negando-se a referendar o ato. Seu substituto, Itaboraí Martins, conservador, estabeleceu que o imperador "reinava, governava e administrava", precisamente o oposto da filosofia parlamentarista. José Bonifácio, o moço, disse ter a Câmara visto com estranheza o surgimento do novo gabinete, e, por isso, negava-lhe a confiança. A Câmara foi dissolvida mas o gabinete continuou. Foi em 1868 que Nabuco de Araújo, senador diante de D. Pedro II, sustentou que o imperador reinava mas não governava. Sua majestade calou-se, mas apenas em 1883, isto, a seis anos da proclamação da República, já idoso, aceitou o fato de que o poder de nomear e demitir ministros estava transferido para o presidente do Conselho, também sem artigo constitucional correspondente. Isso aconteceu quando o ministro da Guerra, Rodrigues Júnior, se viu dispensado pelo presidente do Conselho, o conselheiro Lafayette, e apelou ao imperador, não querendo aceitar a demissão.

Em suma, alguns institutos básicos do parlamentarismo, se foram praticados durante o Império, não constavam da Constituição. Exatamente ao contrário de nossa segunda experiência parlamentarista, nos anos de 1961-62, quando o ato adicional constante da Emenda nº 4 instituiu o sistema parlamentar de governo. Foi uma saída de ocasião, um casuismo adotado na calada da noite, pelo Congresso para impedir que os militares fizessem, naquele ano, o que viriam a fazer em 1964. As Forças Armadas estavam divididas, com razoável parte não admitindo a posse do vice-presidente João Goulart, na sucessão do renunciante Jânio Quadros. Para acomodar as tendências e evitar a guerra civil, deputados e senadores mudaram o sistema de governo, imaginando fazer de Jango uma espécie de rainha da Inglaterra. Ele dividiria o exercício da chefia do Poder Executivo com um presidente

do Conselho de Ministros, cabendo a este "a direção e a responsabilidade política do governo e da administração federal".

Mesmo com Tancredo Neves escolhido para primeiro-ministro, o sistema não funcionou. Estava minado por dentro. O presidente nomeava e exonerava os ministros, sancionava e promulgava e vetava leis, exercia o comando supremo das Forças Armadas. O primeiro-ministro e os demais integrantes do gabinete não precisavam necessariamente ser parlamentares (Tancredo estava sem mandato). Havia a noção de desconflança dada pela Câmara ao Gabinete, mas se manteve o bicameralismo, com o Senado funcionando.

O grave, naquela triste experiência, foi que nem Goulart nem Tancredo era parlamentarista, e não se preocuparam, proposadamente, em adaptar o restante da Constituição e das leis ao novo sistema. Assim, permaneceu o inadmissível princípio da desincompatibilização de ministros, quando candidatos ao Congresso. Tancredo preferiu renunciar e Goulart manobrou para a desmoralização do parlamentarismo. Depois de aceitar pela Câmara a indicação de Auro de Moura Andrade para primeiro-ministro, e com o senador paulista disposto a fazer funcionar o sistema, Jango quis nomear o Ministério. Se ele não referendasse as nomeações, o gabinete não se comporia. Auro insurgiu-se e renunciou. Era do PSD, o maior partido na Câmara, e, maliciosamente, Goulart indicou Santiago Dantas, do PTB, para novo primeiro-ministro. A indicação foi recusada e, para evitar nova crise, o Congresso acabou aceitando Brochado da Rocha, também do PTB, sem expressão nacional. Seu objetivo era acabar com o novo sistema, tendo o Congresso votado a antecipação, para janeiro de 1963, de um plebiscito nacional previsto para 1966. Ninguém saiu em defesa do que já estava morto, nem a Câmara. Hermes Lima tornou-se o último primeiro-ministro apenas para assistir à volta ao presidencialismo, pela emenda Constitucional nº 6, de 23 de janeiro daquele ano.

Tanto os episódios remotos, do Império, quanto os recentes, do período anterior à revolução de 64, contam-se para que se tenha a real dimensão do processo institucional brasileiro, sempre pouco ortodoxo, casuístico e submetido aos fatos de ocasião. Como agora, ao ressurgir a tese parlamentarista.